

SOCIOLOGIA AMBIENTAL: UMA ECOLOGIA CRÍTICA OU UMA CRÍTICA À ECOLOGIA?

LEANDRO DE MARTINO MOTA

Doutorando em Saúde Pública (FIOCRUZ), Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ) e Sociólogo (UERJ).

Endereço eletrônico: leandromartino@oi.com.br e leandro.mota@ensp.fiocruz.br

RESUMO

Este artigo discute, a partir de uma revisão de autores marxistas, a interseção que há entre um pensamento sociológico crítico e as questões ambientais da modernidade, apontando para a emergência de uma sociologia ambiental. Por outro lado, questiona a vulgata positivista que faz a separação de conhecimentos, impedindo a constituição de uma ciência da complexidade.

ARTIGO

Introdução

“Em relação ao que foi outrora, nossa terra transformou-se num esqueleto de um corpo descarnado pela doença. As partes gordas e macias desapareceram e tudo que resta é a carcaça nua.” (Platão, *Critias*, III, Apud Dorst, J. *Antes que a natureza morra: a destruição das terras pelo homem*, 1973).

“Do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada do globo terrestre, por parte de alguns indivíduos, parecerá tão absurda como a propriedade privada de um homem por um outro homem. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, e mesmo todas as sociedades de uma mesma época, tomadas em conjunto, não são proprietários da terra. São somente seus possesores, seus usufrutuários e têm o dever de deixá-la melhorada, como *boni patres familias*, às gerações futuras...” (Karl Marx, Livro III, *O capital*).

Dentro do que se convencionou chamar de tradição do pensamento crítico moderno, sobretudo político e sociológico, a obra do filósofo Karl Marx é, ainda nos dias hoje, sem dúvida, um dos conjuntos de obra mais interpretados, desenvolvidos, criticados e, muitas vezes, mal entendidos. Não podemos esquecer que o livro mais conhecido, *Das Kapital*, somente não foi mais publicado que a Bíblia dos cristãos, ou o Corão, dos muçulmanos, em todo o planeta. A obra de Marx se confunde com a necessidade de se pensar e realizar a ciência através da história e a vontade de fazer a história através da ciência (Anderson, 1984). Já se tornou lugar comum entre os que estudam o autor, dizer que sua obra se divide em duas etapas da sua vida, a do jovem Marx, dos escritos mais “apaixonados” e “românticos” e a do velho Marx, já com a maturidade filosófica e política sedimentada. Muitas questões de seus textos são traduzidas como menos relevantes por pertencerem a uma dada fase de sua vida, o que gera a fragmentação de seus escritos. A perspectiva *althusseriana* ainda é muito utilizada nas interpretações, sobretudo ocidentais, da obra de Marx. Para outros autores, esta conhecida perspectiva não tem condições de explicar fenômenos como a contradição, as mudanças ou a própria luta de classes, deixando, pouco claro, o debate crítico em relação a questões como o *mundo econômico* e às *necessidades humanas*. Thompson¹ vai adiante e declara que algumas consequências políticas deste pensamento podem ser definidas como *neo-stalinismos*.

1 Thompson, E. P. *A miséria da teoria ou uma crítica ao pensamento de Althusser*.

O que pouco se tem escrito, pelo menos nos meios convencionais de conhecimento (Academia), principalmente no Brasil, em relação à obra de Karl Marx, é a interface que muitos de seus textos têm com questões relativas ao ambiente, aos recursos naturais, à ecologia e ao paradigma de complexidade. Como enfatiza Bensaid (2000), enquanto perdurar o reino planetário da mercadoria, este deverá ser o seu principal autor. Mas, o que Bensaid traz de grande relevância para este artigo, é a possibilidade de se tratar de um Marx original a falsificações de ortodoxias, que, em algumas situações, geraram visões mecânicas das suas ideias. Em outras palavras, mas na mesma direção e num panorama *pós-marxista*, Ruy Fausto² destaca o fato de que, no plano geral, as ideias de Marx são pensadas a partir de uma “religião Marx”, que apenas se preocupa em provar que Marx estava certo, e com isso, se distanciando das suas próprias ideias e conceitos. De certo, uma interpretação ou análise marxista consistente, não deve deixar de levar em conta o caráter intempestivo da obra deste autor, não o considerando como inoportuno, mas enquanto alguém que está fora e dentro de seu tempo. Talvez por isso algumas interpretações o profetizem tanto.

É, então, com certeza, a interface com questões complexas, como as questões ambientais (que são também questões sociais) e, obviamente, a necessidade de um debate com a ecologia, que o artigo vai se debruçar, tentando, ainda, trazer a sociologia ambiental para esta discussão. A sociologia ambiental é considerada, pelo menos nos EUA e na Inglaterra, como uma subdisciplina da sociologia *mainstream*, que tem como premissa básica à crítica e o questionamento da sociologia durkheiminiana e positivista, considerada inábil para debater e debruçar-se sobre problemas ou fenômenos sócioambientais (poluição derivada de atividades econômicas, energias poluentes, agroquímicos, mudanças ambientais, sócio-culturais...). Ou seja, a sociologia ambiental tem uma dupla finalidade, criticar a sociologia positivista e corrente e, por outro lado, trazer a percepção de que os problemas ambientais podem ser analisados, por excelência, pelas ciências sociais. Esta perspectiva ainda se coloca contrária a uma *sociologia do meio ambiente*, por configurar uma situação de separação entre as ciências humanas e o ambiente e devido à utilização da “lente” da sociologia tradicional (Buttel, 1996).

A questão ambiental é, sem sombra de dúvidas, pertinente à metodologia das ciências sociais, pois nela relacionam-se e estão encadeados diferentes percepções sobre o que é a natureza, a diversidade de usos, a história ambiental de recursos naturais, os diferentes contextos históricos e econômicos, paradigmas, a diversidade de atores e redes sociais, e tantas outras questões que dizem respeito a todos que compõem o espaço social que é também um espaço ambiental. Dizendo de outra maneira, a sociologia ambiental é uma tentativa de tornar a discussão em torno do debate ecológico-ambiental mais complexa. Porém, do ponto de vista epistemológico, persiste uma questão: até que ponto a sociologia ambiental representa um paradigma de complexidade para o trinômio ciência/sociedade/ambiente, visto como fundamental para entender ou refutar o reino da ciência e visão de mundo cartesianas? Ou é ela ainda uma continuação da *ciência disciplinar*?

2 “Da fundamentação à crítica do marxismo”. In: Revista Cult, Setembro de 2002, Editora 17, São Paulo/SP.

A crise da crise ecológica

A nova consciência ecológica deve mudar a ideia de natureza, tanto nas ciências biológicas (para as quais a natureza não passava da seleção dos sistemas vivos e não era ecossistema integrador desses sistemas) quanto nas ciências humanas (em que a natureza era amorfa e desordenada).

Morin, E. *O enigma do homem: para uma nova antropologia*, 1979.

Desde a sua primeira aceção, desde o primeiro termo que a ecologia ganhou na segunda metade do século XIX, sobretudo com Haeckel, em 1866, trazia dentro das suas ideias uma perspectiva de análise inerente às ciências naturais, mais precisamente, à zoologia, área de atuação de Haeckel. A ecologia é uma ciência que surge para estudar as relações entre os organismos e o ambiente em que eles vivem. Todavia, como Haeckel formulou este conceito quando ainda atuava no ramo da Biologia clássica, a ecologia já nasce circunscrita a aspectos biofísicos e ambientais *puramente*, sem levar em consideração, na sua gênese, as questões relativas aos binômios sociedade-ambiente, homem-natureza. É bem verdade também que, já nessa época, é pensado por outros autores, majoritariamente fora das ciências naturais, que a ecologia apresentava-se como uma nova ciência e que representaria tanto uma nova perspectiva de análise quanto um foro de discussão para ser garantida uma satisfatória qualidade de vida para a sociedade, devido aos primeiros abalos e problemas advindos da *nova* sociedade industrial. Trata-se ainda de uma disputa epistemológica de conceitos presente atualmente.

Na verdade, a ecologia nasce e se desenvolve dentro de um ramo da ciência cartesiana, que admitia especificamente as relações deterministas e mecânicas de causa e efeito, isto é, o paradigma da ciência positivista que priorizava a determinação natural para a causa de muitos fenômenos, incluindo sociais. Este viés teórico contribuiu significativamente para a formação de muitos ecólogos e para a produção teórico-metodológica da ecologia. Mesmo assim, há um aspecto que é necessário resgatar: a ecologia, no fim do século XX e no início do século XXI, representa muito mais que uma subdisciplina de uma ciência determinista; representa, além disso, um vasto campo cultural, político, científico, biológico e social. São muitos os desdobramentos que a ecologia sofreu, tanto do ponto de vista pragmático: ecologia humana, social e política, quanto do ponto de vista teórico: sociologia ambiental, história ambiental ou pensamento ecológico (Pádua, 2001). Uma das principais características da ecologia na atualidade pode ser entendida a partir de uma diversidade de temas, aspectos e relações de interdependência entre todos aqueles que coevoluíram com o planeta Terra de forma sistêmica e articulada.

Mas, o debate ecológico muitas vezes eliminou um debate anterior, o debate epistemológico, que permitiria uma discussão mais ampla, e isto se pode constatar principalmente no século XX, a partir das décadas de 1960/70, com os movimentos sociais e políticos de contestação ou conciliação, cuja discussão de conceitos e teorias esteve limitada a alguns destes movimentos (Alphandery et al, 1992). Toynbee,³ já na década de 1970, afirmava que a problemática ambiental era uma questão não só dos homens, mas da

3 *Humanidades*, Ed.: UnB, Abr/Jun, 1984.

história da humanidade e da sua memória, pois abrange a ecossfera e a tecnosfera. Em Bornheim (1995) é possível identificar, segundo ele, a “maior revolução de todos os tempos”, que foi a do estabelecimento do homem na terra. Nessa mesma época, Colin Tudge, em seu livro *Time before History*, embora a abordagem parecendo um tanto *darwinista*, assegura que a história da humanidade é uma história de cinco milhões de anos de impacto sobre o ambiente. Há uma vasta gama de autores, como Warren Dean (1998), que identificam o processo histórico, por exemplo, da Mata Atlântica brasileira, como sendo um processo de destruição ambiental, entretanto, pontos chave são relativizados, como, por exemplo, o fato de que as sociedades indígenas em nada modificaram a paisagem, já que estudos da história ambiental atestam, em parte, o contrário. É possível conhecer a constituição de alguns ecossistemas a partir do entendimento da interação entre sociedade e ambiente ao longo dos séculos ou milênios. Com Gilberto Freyre, em 1937,⁴ é fácil entender as causas de a natureza ser considerada de maneira pejorativa e secundarizante, muito provavelmente pelo seu desconhecimento, já que a floresta era chamada pelos colonizadores ibéricos de *mato* e os animais considerados como *bichos*. A generalização que a natureza sofreu, no Brasil, está, historicamente, relacionada com a cultura de destruição e domínio. A discussão é, sem dúvida, sobre a pressão, a característica e a intensidade da devastação.

A questão, entretanto, persiste: se, por um lado, se diz que os homens são predadores em potencial da natureza, reifica-se a visão cartesiana do mundo que separa homem e natureza em partes não comunicantes, considerando a natureza intocada e, por outro lado, reforça-se a tese de que a relação entre homem e natureza está fadada a uma teleologia de destruição e da devastação. Para ampliarmos ainda mais esta discussão, o conceito de *coevolução* entre homens e ambientes durante milhões de anos, constitui fator essencial para os estudos históricos, sociais e ecológico-ambientais, embora a coevolução permaneça bastante renegada pelas veias majoritárias da ecologia clássica (Redclift, 1996). Se quisermos nos lembrar de Marx, ele diria que a natureza em si, conceito limite, intocada, não existe mais, pois tudo ou quase tudo foi trabalhado pelo homem, e isto não quer dizer que Marx seja um gênio produtivista e antiecológico, mas, para os mais apressados, estas foram, muitas vezes, interpretações feitas e sugeridas a partir de seus textos.

Em se tratando da produção econômica, podemos dizer que se evidencia um dos campos mais férteis para se debater não só as consequências na sociedade e no ambiente das atividades econômicas, mas para serem discutidas as racionalidades filosóficas e científicas que norteiam estas atividades. Não é mais possível todos os países assumirem a performance *fordista fossilista*⁵ dos países de primeiro mundo, pois, assim, seriam necessários cinco planetas Terra, pois as atividades econômicas quase sempre precisam ou até mesmo dependem de recursos naturais (Altvater, 1995). O mais interessante, historicamente, é constatar que este último século, o famoso século da “economia livre”, que traria a solução para os problemas sócio-econômicos e ambientais, aumentou drasticamente a pobreza e a degradação ambiental em todo o mundo. Ainda seguindo a trilha proposta por Altvater, o desenvolvimento como o conhecemos é contrário ao ambiente e à saúde humana. Não é mais possível apenas transformar a produção econômica – que é a base das demais

4 Freyre, G. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro/Recife: José Olympo Editora, 1985.

5 Em relação à utilização de recursos naturais (energias fósseis) que não são renováveis em curto prazo e nem tão abundantes como já se pensou um dia.

relações sociais – através de energias consideradas limpas (estudiosos da engenharia e biologia consideram a energia nuclear limpa por não produzir dejetos sobre o ambiente, quer dizer, são produzidos, mas ficam estocados e os riscos de acidentes e contaminações não são considerados como importantes). É preciso ir atrás da contradição, isto é, é necessário modificar o padrão de consumo exacerbado de muitas sociedades modernas, pois, o que se observa, é que muitos países, a maioria do hemisfério norte, mas, incluindo alguns do sul, como o Brasil, têm repetido o mesmo padrão global de degradação ambiental e de iniquidade social; quer dizer, 20 % da população consomem 80% dos recursos naturais incluindo os alimentares, restando 20% destes recursos para 80 % da população mundial. Um padrão, no mínimo, desprovido de quaisquer moral ou ética (Peets, 1998).

As conferências ecológicas de Estocolmo (1972), que criaram o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Rio 92, que criou a Agenda 21, suscitando juntamente o termo *desenvolvimento sustentável*, discutido já na conferência anterior, o famoso Relatório Bruntland (1987), também conhecido como *Nosso Futuro Comum*,⁶ até a Rio + 10 (2002), realizada na África do Sul, que poderiam realizar a crítica e a reflexão sobre o modo de produção e sobre o modelo de desenvolvimento econômico convencional, ainda não romperam com paradigma de ciência e a visão de mundo deterministas.⁷ A pobreza não é apenas causa, como preferem os *reducionistas*; ela é antes consequência. Josué de Castro, um dos grandes pensadores que o Brasil produziu e que ajudou a produzir o que conhecemos do Brasil, dizia, categoricamente, que, tecnicamente, materialmente, um país como o Brasil não teria como possuir parte da população passando fome e nem vivendo à beira ou dentro da miséria total.

Sociologia ambiental e a complexidade

A crise do conhecimento simplificador

“O sono da razão produz monstros.” (Inscrição em pintura de Goya).

A ciência clássica, até o início do século XX, quando começou a entrar em crise, se estruturou sobre quatro pilares da *certeza*: o princípio da ordem, o princípio da separação, o princípio da redução, e o caráter absoluto da lógica dedutivista-identitária (Morin, 2000). O que quer dizer que a ciência moderna e algumas de suas continuidades têm como expressão as relações de causa e efeito, relações essas que dissolvem a complexidade pela simplicidade. O princípio da separabilidade se impôs no domínio científico, através da especialização, fragmentando a natureza e o próprio homem em partes não comunicantes. Para ser mais

6 Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente/ONU. Rio de Janeiro, RJ; Editora da FGV, 1988.

7 O Informe Bruntland chegou a cometer o erro em propagar a idéia de que a pobreza era a principal causa da degradação ambiental, o que nos remete para aqueles que, décadas antes, diziam que o aumento da população era a principal causa da pobreza e da fome do mundo, não se levando em conta outros fatores, como políticos, sociais, culturais... Não foi por menos que Alier (1998) o considerou como propagador de um *ecologismo tecnocrático*.

preciso, estes princípios se fizeram sentir na natureza considerada como inimiga do homem. Assim, os problemas ambientais se tornaram estranhos aos problemas sociais e vice-versa.

A conjunção dos quatro princípios da certeza determina o pensamento simplificador, que é submisso e subordinado à hegemonia da disjunção, da separabilidade, da redução e do cálculo. Dessa forma, e a partir da complexidade proposta por Morin (2000), o pensamento simplificador só concebe os objetos simples que obedecem às leis gerais, produzindo um saber anônimo e cego sobre o contexto e o complexo, ignorando, inclusive, a consciência.⁸ A simplificação se torna, dessa maneira, estreitamente relacionada à manipulação, e talvez ao principal: ao mito ou pretensão da conquista da natureza e do domínio do homem sobre todo o universo. A ciência, caminhando nesse sentido, se afastou de seus pressupostos sociais e humanos e se tornou o sinônimo de técnicas, avessa a outras racionalidades não instrumentais. Baudrillard (2002) critica o monismo da pesquisa moderna, como se a ciência, a partir da modernidade, apenas se resumisse a uma produção técnica, tornando secundárias as questões filosóficas e de consciência.

Podemos ainda falar do aumento e da intensificação da degradação ambiental e da pobreza em todo o mundo derivadas do modelo de desenvolvimento e das atividades econômicas promovidas e respaldadas por argumentos da ciência moderna – basta olhar as nossas sociedades. Os quatro pilares aqui apresentados, desse modo, são abalados pelo reaparecimento na ciência da *desordem*, da *não-separabilidade*, da *não-redutibilidade* e da *incerteza lógica*. O caminho que se aponta é também o da necessidade da discussão de uma nova ciência. Os saberes fragmentados – que se apresentam sob o nome de *disciplinas* – continuam inadequados para abordar os problemas e fenômenos cada vez mais globais, interdisciplinares e multidimensionais. Uma das consequências mais ocorridas nesta situação é não identificar e não perceber alguns problemas *complexos*.

A ideologia de desenvolvimento, associada à eclosão dos direitos humanos, ganhou destaque na metade do século XX, enquanto “ideias-força”, como sugere Sachs (2000: 47), tornando desenvolvimento e crescimento econômicos conceitos quase naturalizados, inerentes às sociedades. Estas ideias foram fundamentais para eliminar as recordações negativas da Grande Depressão e da II Guerra Mundial, e para massificar ainda mais a ideia de progresso econômico.

Sociologia ambiental e a macrovisão

“Deixar o erro sem refutação é estimular a imoralidade intelectual.”

Karl Marx

A possibilidade de abordar o problema da degradação ambiental junto à perspectiva da sociologia tem representado uma alternativa e ao mesmo tempo uma crítica a uma tradição no campo de pesquisas das

8 Morin lembra-nos também que até a sociologia, ciência que dá um tratamento ao objeto de forma complexa, com constantes utilizações deterministas, expulsou a complexidade dos fenômenos humanos e naturais.

ciências sociais que consagrou, durante algum tempo, um campo restrito e fechado para os seus estudos, ora através da antropologia, da ciência política ou da sociologia (Moraes, 1998). Mais precisamente, a tradição durkheiminiana da sociologia que considerava, para a explicação dos fenômenos humanos, apenas os fatos sociais, fazendo, com isso, que a sociologia passasse a ignorar o mundo físico, no qual as sociedades vivem, em função dos excessos de determinismos geográficos e biológicos que caracterizavam essas abordagens. Mas, não podemos esquecer: a sociologia nasceu como uma ciência análoga às ciências naturais, pois este era o principal paradigma do século XIX. Com o abrupto afastamento proporcionado pela reivindicação de um método próprio para as ciências sociais, passou-se a desconsiderar, nas ciências sociais, as questões ambientais – como se a sociedade flutuasse em relação ao ambiente. Isto quer dizer que a questão ambiental e ecológica se afastou ou se tornou “estranha” a cursos e temas já consagrados dentro das ciências humanas e sociais. O que acarretou o distanciamento entre a sociedade e o ambiente e entre a sociologia e os assuntos do mundo não humano.

Porém, dada à complexidade de alguns temas e a incipiência de algumas teorias convencionais, o encadeamento sociedade-ambiente, homem-natureza, já tem sido bastante relativizado nas ciências sociais. O mesmo se pode descrever dos estudos das ciências naturais e físicas que, muitas vezes, não ampliavam seus estudos e não abordavam o ambiente integrado ao homem ou à sociedade, por uma intensa influência da tradição epistemológica de mais de quatro séculos do pensamento científico clássico, determinista e separador dos conhecimentos.

Nesse panorama, a metodologia da sociologia ambiental assume uma posição significativa para estudar divergências e conflitos sobre os diferentes usos do ambiente, tanto o “primitivo” como o constituído, e as causas e a extensão dos problemas ambientais entre os diversos atores envolvidos e as suas representações materiais e de consciência. A sociologia ambiental diversifica o conceito de meio ambiente das ciências naturais através dos processos de escassez, utilização e degradação. Dessa maneira, pode se inter-relacionar sete noções⁹ nas abordagens de sociologia ambiental:

- 1) A inabilidade da sociologia tradicional para abordar algumas questões referentes ao meio ambiente, por não reconhecer, para seus estudos, as bases biofísicas da estrutura e da vida social;
- 2) A expansão ilimitada do progresso material e as suas consequências;
- 3) O fato de as sociedades serem insustentáveis pela utilização de energias fósseis e finitas, e por utilizarem-se do ecossistema em maior grau que o seu ritmo de recomposição;
- 4) Que as sociedades variam em vulnerabilidade ecológica, dependendo da exacerbação dos problemas ambientais;
- 5) Que a ciência tem ampliado a noção de problemas ambientais;
- 6) O reconhecimento das dimensões do surgimento das crises ambientais, que contribuem para o deslocamento do paradigma ecológico, tanto na sociedade, quanto na sociologia;

⁹ Dunlap, Riley. *A evolução da sociologia ambiental: uma breve história e o estabelecimento da experiência americana*. The international handbook of environmental sociology. Cheltenham, UK-MA. USA, 1996.

- 7) A recuperação ambiental engendrada através da extensão do paradigma ecológico entre os cientistas sociais e naturais (Dunlap, 1996).

Conclusão:

Marx ecológico?

A própria história [humana] é uma parte efetiva da história natural, do vir a ser da natureza do homem. As ciências naturais subsumirão mais tarde a ciência do homem, assim como a ciência do homem subsumirá as ciências naturais. Haverá então uma única ciência [: a história] (Karl Marx. *Manuscritos econômicos-filosóficos*).

A indagação do título desta última seção do artigo é provocadora, pois, independentemente da orientação filosófica por de trás dela, atesta para a possibilidade de uma análise científica complexa, contrária às causalidades mecânicas da biologia determinista. Talvez o que mais se deseja discutir, a partir deste artigo, é a realidade integral de uma crise ecológico-ambiental, que não é totalmente objetiva, mas é certamente o ambiente propício para o debate sobre o fenômeno social que é também ambiental. A crise ecológico-ambiental é tradicionalmente atribuída *exclusivamente* ao aumento da produção industrial, ao progresso técnico-científico e, em geral, ao aspecto tecnológico das relações entre homem e natureza. Porém, será ao acaso que o progresso técnico-científico ocorre e a aplicação dos seus resultados é o que provoca irremediavelmente a destruição do ambiente, a escassez dos recursos naturais e a deterioração das condições de subsistência do homem? Ou será o contrário, essas consequências negativas são o resultado dos métodos e formas de influência sobre a natureza e da aplicação das realizações técnico-científicas, que, definitivamente, são estreitamente vinculadas a um sistema social concreto, que orienta um tipo de desenvolvimento da ciência, da técnica e de todas as forças produtivas e, conseqüentemente, das formas e métodos de influência sobre a natureza?

Dito e indagado de outra forma, porém mais geral: qual é o *ethos* do problema ecológico? Que dilemas realmente são importantes e significativos para a humanidade? Quais são as vias de resolução teórico e prática da questão? Uma delas, a concepção marxista (e materialista-dialética) da interconexão entre a natureza, a sociedade e o homem, gera algumas respostas científicas para estas questões. De um lado, permite ver o caráter complexo e planetário do problema ecológico; e, por outro lado, ilumina a sua origem e *essência* em um contexto social concreto, relacionado-o com processos mais estruturais de desenvolvimento social, do aumento da produção moderna e do progresso científico e cultural. Como contrapeso ao “otimismo tecnocrático” exacerbado dos tempos neoliberais, e contrariamente ao “pessimismo ecológico”, esta perspectiva assume um realismo a respeito das questões teóricas e práticas da atualidade, propondo ações cientificamente fundamentadas, uma ampla cooperação de cientistas e uma necessária colaboração dos países com o objetivo de resolver o problema ecológico que não é de um único país, mas que prejudica a qualidade de vida da maior parte das populações mais pobres do mundo. Então, o que assegura a unidade dialeticamente contraditória, a interação da sociedade com a natureza, do homem e seu meio, premissa e condição da atividade vital do homem? O próprio Marx é quem dá a resposta:

“Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos a fim de apropriar-se dos recursos naturais, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.” (Karl Marx, *O capital*, Livro I).

Em outras palavras, o homem interage, atua, assim, sobre a natureza exterior a ele, modificando-a e, ao mesmo tempo, modificando a sua própria natureza. A ideia de um homem natural-humano, ou, como o próprio Marx destacara na *Ideologia alemã*, texto da sua juventude:

“O comportamento tacanho do homem em face da natureza condiciona o comportamento tacanho do homem entre si.”

É possível observar na tradição da literatura marxista, a contraposição entre um Marx “gênio produtivista” e outro Marx “anjo da guarda ecologista”, pois, para Bensaid (1999), existem e existirão trechos de seus textos capazes de alimentar tanto um discurso sobre o produtivismo burocrático inerente a consequências catastróficas, quanto o discurso que o coloca como um dos principais *ativistas* ecológicos. Ainda mais se levando em conta a dialética (materialismo histórico e dialético) como método de análise e uma vasta e heterogênea obra.

É também dentro da *ciência marxista* que se identifica à organização harmônica como uma das condições de formação do novo tipo de homem e, com isso, esta perspectiva está de acordo com a definição marxista do termo *ecodesenvolvimento*, que ganhou destaque nos anos de 1970, amplamente utilizado em países capitalistas, que se referia ao processo de transformação/formação racional do ambiente de interesse pelo homem, cujo objetivo maior de uma estratégia ecológica de desenvolvimento, consistia em formar um ambiente que correspondesse em grau máximo às necessidades vitais do homem.

Já para outros marxistas,¹⁰ a fundamental mudança declarada pela “questão ecológica” é a renovação da teoria e da práxis marxista diante da presente e potencial ameaça ecológico-ambiental para a qualidade de vida da humanidade e a possível existência futura (Schwartzman, 1996). Outra perspectiva relaciona as analogias e diferenças entre o marxismo e a ecologia, considerando, inicialmente, que um “marxismo verde” é uma noção concebida quase que forçosamente por muitos devido às enormes resistências. Uma questão, no entanto, parece irrefutável: o capital, a sua lógica, é inimigo da natureza e o marxismo é o principal discurso anticapitalista. Sendo assim, qualquer confrontação com a crise ecológica, que é, inexoravelmente, uma crise social, irá requerer um *marxismo verde*.¹¹

10 Segundo Maxmilien Rubel, em seu *Notas escogidas de Marx para uma ética socialista*, nº 1, 1970, Marx teria dito: “tudo que sei é que não sou marxista”.

11 Ted Benton. *The Greening of Marxism*. 1996.

A perspectiva que está sendo apresentada neste artigo não tem a pretensão de renovar os principais textos de Marx, mas, deseja enxergá-los e interpretá-los à luz destes novos fenômenos que também estavam presentes na sua obra, não tanto quanto em nossa, mas poucos se interessaram em destacar, ou conseguiram fazê-lo. No século XXI, é preciso mais do que nunca entender as trajetórias políticas e econômicas dos problemas ambientais (Porto, 2007).

Ainda sobre a indagação desta parte do artigo, um Marx ecológico não é um novo Marx, com perfil *pós-moderno*, mas um Marx mais complexo que o da *vulgata*, atento ao nível existente da dimensão ambiental da sua época. O que parte dos autores que estudam o marxismo e a ecologia descobriram foi a história integrada do conhecimento ecológico com a filosofia marxista, ambos compreendidos de forma sistêmica. Ainda há muito que se explorar sobre a influência das políticas ecológico-ambientais sobre o marxismo e vice-versa, bem como a possibilidade das “alianças verdes” poderem efetivamente atuar na transformação da arena política local e internacional. Nesse sentido, duas são as questões que merecem atenção: em se tratando da obra de Marx, tem existido já por um longo tempo um “pesado edifício” usando as palavras de Bensaid, que se tornaram algumas vulgarizações didáticas de seus textos, que começam a se desfazer, e a outra, que Marx concebe desde os *Manuscritos de 1844*, que a relação de produção é indissociável da relação dos homens com a natureza e dos homens entre si, mediados pelo trabalho. Ou seja, desde cedo, para Marx, a natureza é considerada como uma parte inorgânica do homem e assim se encadeando com o homem, ou seja, o afastamento que se procedeu entre as ciências sociais e as ciências naturais não se deu por prerrogativas da teoria marxista, já que historicamente esta teoria não efetuou esta abordagem, mas por experiências mal sucedidas em se naturalizar, no sentido da biologia clássica, a sociedade e a sociologia, através da sociobiologia (composta por darwinistas sociais/positivistas) e em se socializar, humanizando, o mundo animal ou vegetal. Assim, é possível identificar o determinismo científico nas palavras de Bookchin (2000: 16): “a sociobiologia tem efetivamente dificuldade em reconhecer autonomia a tudo aquilo que não procede ao próprio gene”. O que reitera a intenção de parte da investigação acadêmica insistir no gene como uma “cartola mágica”.

Desde os textos de sua juventude, Marx discorda e rompe com uma tradição acadêmica que acredita na “história universal”, dotada de uma mensagem exclusivista, única. Não é por menos que ele assegura que a história apenas é alcançada por meio da luta, processo este que se resolve através dos enfrentamentos de ideias e forças de cada sociedade. E esta é ainda a história da nossa atualidade, pois os conflitos e as contradições persistem. A abordagem que vulgarmente se faz de Marx enquanto um “determinista histórico/econômico” ou ainda enquanto um “fatalista” é, no mínimo, antagônica às suas principais ideias e conceitos (Bensaid, 2000). Uma leitura mais aprofundada da sua obra pode desfazer este entendimento.

Por mais que se consiga conceber o socialismo e a ecologia como dois herdeiros de uma crítica romântica, dos séculos XIX-XX, seus objetivos são, cada um a sua maneira, próximos; superar a razão instrumental da economia, o império da qualificação – que orienta a desocupação funcional e à “ditadura

do dinheiro”, que reduz o universo social e ambiental a números, além de superar a necessidade (criada) de acumulação do capital. Ambos desejam o equilíbrio ecológico para o planeta, um consumo mais racional e uma economia adequada ao ambiente social e natural (Lowy, 2000 e Alier, 1998). Porém, tem havido divergências que insistem na separação de “marxistas” e “verdes”.¹² Há razão ou justificativa para a separação? A resposta é categoricamente contraditória, pois foi Marx o primeiro a denunciar a lógica capitalista de usurpação do homem e da natureza e, ao mesmo tempo, se encontram em Marx e Engels escritos que fazem do “desenvolvimento das forças produtivas”, o principal vetor do progresso, independentemente da natureza. O que devemos aditar, contudo, é que este texto de Marx, o célebre “Prefácio da Contribuição à crítica da economia política”, de 1859, é um texto alicerçado pela noção de *evolucionismo* aliado à filosofia de progresso e de cientificismo, ainda das ciências naturais. Já no *Capital*, há uma proliferação de fragmentos complexos com a contundência de uma abordagem crítica e o *espírito* de uma ciência integral, complexa, avessa ao *ethos* da ciência moderna, imediatista e especialista. Não é realmente tarefa simples romper com a divisão da obra de Marx.

(...) Todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento de fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador. (Karl Marx, *O Capital*, Livro I, p. 578-9).

As relações entre o homem e a natureza constituem uma das mais importantes instâncias em que se devem unir os adventos do desenvolvimento técnico-científico com as vantagens de uma economia mais *humanista*. Para consegui-lo, é preciso não apenas incentivar a ciência e a técnica, mas também equilibrar por todos os meios a estrutura econômica e de produção da economia, desenvolver o enfoque científico integral, sistêmico, que permitirá evitar, onde seja possível, que algumas atividades derivem em danos ecológicos a outras e se deteriore a situação ecológica ainda mais no seu conjunto. É necessário reestruturar aos poucos a produção sobre uma base qualitativamente nova, começar a criar complexos de produção que economizem matérias primas importantes e protejam o ambiente contra sua destruição promovida pela própria produção industrial (e pós-industrial).

Por mais que a ecologia quanto o marxismo estejam, para muitos, fora da ordem do dia, a atualidade é complexa tal como as suas premissas básicas são, e assim, é cobrada uma dialética, renegada anteriormente, entre a sociedade e o ambiente, pois, nesses tempos de *pós-tudo* algumas teorias vão sendo consideradas ineficazes em relação a novas teorias que, na verdade, com um aparato morfológico que chama atenção, se parecem mais com modelos ideais, que não integram as dimensões nas suas perspectivas e não realizam talvez a principal finalidade da ciência: a discussão política e social e o necessário debate sobre os problemas sociais e ambientais, e a consequente e efetiva transformação – social e ambiental. Já passa da hora de se

12 Certa vez ouvi um professor dizer que durante o Regime Militar brasileiro, os ecologistas eram considerados como tomates; começavam verdes e terminavam vermelhos.

desalienar a produção acadêmico-científica e experimentar outros paradigmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil. Porto Alegre/RS: EDUFRGS, 1999.
- ANDERSON, P. **A crise da crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. Brasiliense, 1984.
- ALPHANDERY, P., Bitoun, P.; Dupont, Y. **O equívoco ecológico**: riscos políticos da inconsequência. Brasiliense. São Paulo, 1992.
- ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. A partilha e a nova (des)ordem mundial. São Paulo. Edusp, 1995.
- BAUDRILLARD, Jean. **De um fragmento ao outro**. São Paulo: Zouk, 2003.
- BENSAID, D. **Marx**: o intempestivo. Grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BENSAID, D.; Lowy, M. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.
- BORNHEIM, G. **Reflexões sobre o meio ambiente**. Ecologia: A qualidade da vida. São Paulo: SESC, 1996.
- BOOKCHIN, M. **Sociobiologia ou Ecologia Social?** Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. A Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente. Cultrix. Rio de Janeiro, 1982.
- CASTRO, J. **Geografia da fome**. 6ªed. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- DEAN, W. **A ferro e fogo**: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.
- DORST, J. **Antes que a Natureza morra**: por uma ecologia política. Edgard Blücher, 1973.
- DUNLAP, R. **A evolução da sociologia ambiental**: uma breve história da experiência americana. The international handbook of environmental sociology. Cheltenham, UK and MA, USA, 1997.
- FAUSTO, R. **Da fundamentação à crítica do Marxismo**. Revista Cult, ano VI, nº 61, p. 26-27.
- FROLOV, I. **Interpretacion marxista-leninista del problema ecologico**. Moscou: Editora Progreso, 1980.
- GLENNY, M. **Entrevista com Toynbee**. Humanidades, p. 99-101. Vol. 2, nº 7, 1984.
- NOSSO FUTURO COMUM (Informe Bruntland). **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Instituto de Documentação. Ed. FGV, Rio de Janeiro: 1988.
- MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MORAES, A. C. **Meio ambiente e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1998.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996 (primeira parte, capítulo 7; segunda parte, capítulos 1 e 10).
- MORIN, E. **O enigma do homem: para uma nova antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MORIN, E. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.
- MOTA, L. M. **A agricultura do Nordeste**: o caso do Projeto de Irrigação Nilo Coelho, Petrolina/PE. Monografia de Graduação Ciências Sociais/IFCH/UERJ, 1999.
- PÁDUA, José A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- PEET, R.; Watts, M. **Liberation Ecology**: Development, sustainability, and environment in an age of market triumphalism. Routledge, 1996.
- PORTO, M. F. **Uma ecologia política dos riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.
- REDCLIFT, M.; Woodgate, G. **De una sociología de la naturaleza a una sociología ambiental**: más allá de la construcción social. RIS. 1998.
- RUBEL, Maximilien. **Páginas escogidas de Marx para uma ética socialista**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1970.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- SCWARTZMAN, D. **Marxism and Ecology**. Science & Society, Vol. 60, nº 3, Fall 1996, 261-265.
- TUDGE, Colin. **The Time before History**: 5 million years of human impact. New York: Scribner, 1996.